

Jornal Negócios

11-07-2016

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Negócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18239**Temática:** Economia**Dimensão:** 1687 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/10/11

Fisco apanha 92 mil arrendamentos sem IRS

Senhorios não declararam rendas ou forneceram valores inferiores aos reais.

ECONOMIA 10 e 11

ECONOMIA

Pedro Elias



Helena Borges já apresentou o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscal de 2015.

COMBATE À FRAUDE E EVASÃO

Fisco apanha 92 mil arrendamentos sem IRS

O arrendamento tem vindo a ser apontado como uma das áreas com maior propensão à evasão fiscal. Em 2015, o Fisco detectou cerca de 92 mil senhorios sem rendas declaradas ou comunicadas por valores inferiores aos reais, adianta o Relatório de Combate à Fraude.

ELISABETE MIRANDA
 elisabetemiranda@negocios.pt

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) garante que, nos últimos anos, fez do arrendamento uma das suas prioridades em matéria de combate à fraude e evasão fiscal. E para prová-lo, adianta que só no ano passado fo-

ram detectados 92.326 contribuintes que, embora recebessem rendas, não as declararam ou só as declararam parcialmente ao Fisco.

O balanço da incursão no mercado paralelo do arrendamento consta do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscal de 2015, um documento que anualmente é entregue à Assembleia da República com um apanhado geral da atividade inspetiva da AT. Segundo a instituição liderada por Helena Borges, no ano passado o Fisco confrontou o património imobiliário

detido pelos contribuintes com os rendimentos que declarados para efeitos de IRS e encontrou dois tipos de situações: senhorios que não chegam a declarar ao Fisco quaisquer rendas, e senhorios que as declaram só em parte.

Face a este levantamento, "foram notificados por e-mail 92.326 contribuintes com vista a alertá-los para a obrigatoriedade da entrega do Anexo F", uma ação que resultou num aumento de 34 milhões de euros de rendimentos declarados neste grupo de notificados, por comparação com 2014

(um valor que se afigura relativamente baixo para o número de contribuintes que o Fisco diz ter notificado, já que representa apenas um aumento de 370 euros por faltoso).

O relatório não explica em detalhe como se detectaram as situações em falta, nomeadamente como é que o Fisco ligou determinado prédio a um arrendamento, nem tão pouco como descobriu o valor das rendas em falta.

Nos últimos anos, após a prescrição da troika para que se intensificasse o combate à economia para-

lela na área das rendas, as autoridades começaram a falar em fazer o cruzamento de dados como os consumos de água, luz e gás dos imóveis com a morada do seu dono, para tentar perceber se os imóveis estão arrendados clandestinamente. Não fica, contudo, claro do relatório se estes resultados se devem a esta incursão inspetiva, ou se se trata apenas de senhorios que em anos anteriores já se tinham apresentado como recebendo rendas, e que em 2015 falharam parcialmente ou totalmente as suas obrigações declarativas.

301

MILHÕES DE EUROS

Foi quanto o Fisco recuperou em 2015 junto de devedores da lista negra.

1,3

MIL MILHÕES DE EUROS

Foi quanto o Fisco recuperou, ao todo, já em fase de execução fiscal das dívidas.

15,5

MIL MILHÕES DE EUROS

É a dívida total que o Fisco tem por cobrar. Dava para pagar três recapitalizações da CGD.

Mais de mil contribuintes venderam a casa e não reinvestiram a mais-valia

Ainda na área do imobiliário o Fisco detectou mais de um milhar de contribuintes que fizeram mais-valias com a venda da sua casa própria, mas não reinvestiram o dinheiro numa nova, como era suposto, tendo beneficiado indevidamente da isenção de IRS. Ao todo, foram feitas 1.337 liquidações adicionais a contribuintes que em 2011 se tinham comprometido em reinvestir as mais-valias no prazo de dois anos, que não só não o fizeram, como não declararam a situação para efeitos de IRS. As acções de inspecção significaram um acréscimo ao rendimento bruto na ordem dos 24,7 milhões de euros e uma colecta adicional de quase oito milhões de euros.

No ano passado, o Fisco conseguiu recuperar 1,3 mil milhões de euros de dívidas que se encontravam já em fase de cobrança coerciva, mais 12% do que um ano antes. Ainda assim, o "stock" de dívida não pára de aumentar, tendo batido um novo recorde de 15,5 mil milhões de euros. ■

CONCLUSÕES

Combate à fraude: alguns indicadores

O Fisco está obrigado a divulgar anualmente um relatório com as principais conclusões do combate à fraude e evasão.

ESTIMULAR O PEDIDO DE FACTURA TEM RETORNO

O pequeno incentivo criado em 2013 para que os consumidores peçam factura nos sectores mais propensos à evasão fiscal, a saber os mecânicos, alojamento e restauração, cabeleireiros e estéticas, está a dar frutos. Segundo a Autoridade Tributária, nestes quatro sectores, verificou-se um aumento das vendas e do IVA entregue ao Estado por estes sectores de actividade na ordem dos 21% no espaço de dois anos. Já os consumidores particulares pouparam, em termos agregados, 58 milhões de euros no IRS.

LISTA NEGRA CRESCE E RENDE DINHEIRO

O efeito não será directo, mas ajuda: entre os milhares de contribuintes que passaram pela lista negra de devedores ao Fisco (e em 2015 foram 12.253) uma parte deles acabou por regularizar a sua situação. Ao todo, o Estado recuperou 301 milhões de euros.

DÍVIDAS AO FISCO VOLTAM A BATER RECORDE

Apesar das acções de combate à fraude e evasão, a dívida total ao Fisco não pára de aumentar. Depois de ter estado uma década a crescer continuamente, os contribuintes ficaram a descer 15,5 mil milhões de euros em impostos, um valor que, se fosse recuperado, daria para cobrir três vezes o défice português. A AT sublinha que uma parte deste montante (8,4 milhões de euros) se refere a dívida que está suspensa, quer porque está a ser discutida nos tribunais, quer porque se referem a devedores em insolvência. A dívida activa atinge os 7 milhões. A cobrança coerciva também aumentou, 12%.